



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE PATU
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

EMMELLY KETTYLLY OLIVEIRA DA SILVA

**“EU TÔ VINDO DO MEU TRAMPO, OUVINDO MEU SOM SUAVE, CANSADO,
COM FOME E DE REPENTE ESSES CARAS CHEGAM ME AGREDINDO”: UMA
ANÁLISE DO RACISMO E (D)A LINGUAGEM NO CURTA METRAGEM “PRETO
NO BRANCO” DE VALTER REGE**

**PATU
2025**

EMMELLY KETTYLLY OLIVEIRA DA SILVA

**“EU TÔ VINDO DO MEU TRAMPO, OUVINDO MEU SOM SUAVE, CANSADO,
COM FOME E DE REPENTE ESSES CARAS CHEGAM ME AGREDINDO”: UMA
ANÁLISE DO RACISMO E (D)A LINGUAGEM NO CURTA METRAGEM “PRETO
NO BRANCO” DE VALTER REGE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito de avaliação
da disciplina TCC II, ministrada pela
Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti, do Curso
de Letras – Língua Portuguesa, no
Campus Avançado de Patu – CAP, da
Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte – UERN.

**Orientadora: Profa. Dra. Aline Almeida
Inhoti**

Linha de pesquisa: Linguística Aplicada

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

S586e Silva, Emmelly Ketylly Oliveira da
"Eu tô vindo do meu trampo, ouvindo meu som suave, cansado, com fome e de repente esses caras chegam me agredindo": Uma análise do racismo e d(a) linguagem no curta metragem "Preto no Branco" de Valter Rege. / Emmelly Ketylly Oliveira da Silva. - Patu-RN, 2025.
25p.

Orientador(a): Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti.
Artigo Científico (Graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. racismo policial; branquitude; cinema negro; resistência; Linguística Aplicada.. I. Inhoti, Aline Almeida. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

EMMELLY KETTYLLY OLIVEIRA DA SILVA

**“EU TÔ VINDO DO MEU TRAMPO, OUVINDO MEU SOM SUAVE, CANSADO,
COM FOME E DE REPENTE ESSES CARAS CHEGAM ME AGREDINDO”: UMA
ANÁLISE DO RACISMO E (D)A LINGUAGEM NO CURTA METRAGEM “PRETO
NO BRANCO” DE VALTER REGE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito de avaliação
da disciplina TCC II, ministrada pela
Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti, do Curso
de Letras – Língua Portuguesa, no
Campus Avançado de Patu – CAP, da
Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte – UERN.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora

Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Profa. Dra. Antônia Sueli da Silva Gomes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Prof. Dr. Tobias Arruda Queiroz

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

“EU TÔ VINDO DO MEU TRAMPO, OUVINDO MEU SOM SUAVE, CANSADO, COM FOME E DE REPENTE ESSES CARAS CHEGAM ME AGREDINDO”: UMA ANÁLISE DO RACISMO E (D)A LINGUAGEM NO CURTA METRAGEM “PRETO NO BRANCO” DE VALTER REGE

Emmelly Kettylly Oliveira da Silva¹
 Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar movimentos de manutenção e resistência ao racismo policial no curta-metragem “Preto no Branco” (2017), de Valter Rege. A pesquisa, de abordagem qualitativa de cunho interpretativista (Ribeiro *et al.* 2023), fundamenta-se na Linguística Aplicada Crítica e Indisciplinar (Moita Lopes, 2008), articulada com as reflexões sobre raça, linguagem e poder (hooks, 2019; Bento, 2022; Schucman, 2012; Nascimento, 2023). Foram analisadas cenas selecionadas do curta, considerando aspectos verbais e não verbais, a fim de lançar olhares interpretativos sobre como o discurso fílmico evidencia práticas de violência e de resistência. Os resultados mostram que a obra expõe a seletividade racial nas ações policiais e a naturalização do abuso de poder contra corpos negros, mas também constrói espaços de resistência e afirmação identitária por meio da voz e da corporeidade do protagonista Roberto. A análise apresenta que “Preto no Branco” atua como um instrumento discursivo de denúncia e conscientização, desafiando representações hegemônicas e propondo uma estética de justiça social. Concluiu-se que o curta-metragem se configura como uma prática discursiva antirracista, que contribui para a desnaturalização do racismo policial e para o fortalecimento das lutas por equidade racial no Brasil.

Palavras-chave: racismo policial; branquitude; cinema negro; resistência; Linguística Aplicada.

ABSTRACT

This study aims to analyze movements of maintenance and resistance to police racism in Valter Rege's short film “Preto no Branco (2017)”. The research, which takes a qualitative interpretive approach (Ribeiro *et al.* 2023), is based on Critical and Undisciplined Applied Linguistics (Moita Lopes, 2008), articulated with reflections on race, language, and power (hooks, 2019; Bento, 2022; Schucman, 2012; Nascimento, 2023). Selected scenes from the short film were analyzed, considering verbal and nonverbal aspects, in order to offer interpretive perspectives on how the film's discourse highlights practices of violence and resistance. The results show that the work exposes racial selectivity in police actions and the normalization of abuse of

¹ Graduanda em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: emmellykettily@alu.uern.br.

² Orientadora, professora Doutora no Departamento de Letras Vernáculas na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: alineinhoti@uern.br.

power against Black bodies, but also builds spaces of resistance and identity affirmation through the voice and corporeality of the protagonist Roberto. The analysis shows that “Preto no Branco” acts as a discursive instrument of denunciation and awareness, challenging hegemonic representations and proposing an aesthetic of social justice. It was concluded that the short film constitutes an anti-racist discursive practice, which contributes to the denaturalization of police racism and the strengthening of struggles for racial equity in Brazil.

Keywords: police racism; whiteness; black cinema; resistance; Applied Linguistics.

1. INTRODUÇÃO

O racismo é uma violência persistente na sociedade brasileira, afetando áreas como segurança pública, sistema de justiça e representações midiáticas. Apesar da narrativa histórica de “democracia racial”³, dados e experiências cotidianas evidenciam que a população negra continua sendo alvo de violência, exclusão e estereótipos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). A Linguística Aplicada (LA) oferece ferramentas essenciais para compreender essas dinâmicas, permitindo analisar discursos que (co)constróem identidades e reforçam estruturas de poder. Nascimento (2023), a linguagem pode funcionar como uma “zona do não-ser” para pessoas negras, evidenciando como práticas discursivas historicamente moldam violência, exploração de corpos, desigualdades e exclusões.

O cinema, como meio de comunicação de massa e produção cultural, desempenha papel central na construção de imaginários sociais. Narrativas majoritariamente brancas reforçam estereótipos e marginalizam experiências negras, enquanto produções dirigidas por cineastas negros emergem como formas de resistência e denúncia (Souza, 2020). O curta-metragem “Preto no Branco” (2017), dirigido por Valter Rege, expõe como a branquitude opera na criminalização de corpos negros, narrando a história de um jovem injustamente acusado de furto e evidenciando práticas recorrentes na sociedade brasileira, como suspeição automática, abordagens policiais violentas e encarceramento sem provas concretas.

Embora existam debates sobre o racismo policial⁴, ainda não existem estudos que analisem, especificamente o curta-metragem “Preto no Branco”, na perspectiva aqui proposta. Como pergunta de pesquisa temos: Como o racismo policial é (des)construído no curta-metragem? O curta-metragem, no que se refere à linguagem verbo-visual tensiona narrativas midiáticas que naturalizam a criminalização de pessoas negras?

Diante das perguntas de pesquisa, temos as seguintes hipóteses: a representação do personagem Roberto denuncia o racismo policial ao associar corpos negros à criminalidade, refletindo a realidade cotidiana da população negra; a obra de Valter Rege contribui para tensionar a branquitude e desconstruir seus privilégios, ao dar protagonismo à figura do negro e questionar narrativas históricas e midiáticas que marginalizam essa população.

³ O termo “democracia racial” aparece entre aspas por se tratar de um mito historicamente construído no Brasil. Ainda que difundido como ideal de harmonia entre as raças, tal narrativa oculta desigualdades estruturais e impede o reconhecimento do racismo como um sistema de opressão.

⁴ Embora racismo seja sempre racismo, independentemente do espaço em que se manifeste, neste trabalho utilizaremos o termo racismo policial para nos referir especificamente às práticas discriminatórias e desigualdades produzidas pelas instituições de segurança pública.

O objetivo geral desta investigação é analisar movimentos de manutenção e resistência ao racismo policial no curta-metragem “Preto no Branco”. De forma específica, busca-se: a) identificar, no curta-metragem, se a violência policial se direciona aos corpos negros e de que maneira isso é representado nas estratégias linguístico-discursivas; b) examinar as representações da branquitude e dos estereótipos raciais presentes na obra e; c) investigar como a narrativa do curta evidencia a tensão entre a tentativa de provar a inocência do personagem e a lógica social que criminaliza corpos negros.

A pesquisa é relevante porque evidencia como as desigualdades raciais impactam a vida da população negra, perpetuando injustiças e restringindo oportunidades sociais e econômicas. O curta-metragem reflete uma situação recorrente no Brasil, na qual a criminalização de pessoas negras se dá com base em estereótipos. Analisar como a branquitude opera nesse processo, naturalizando privilégios e justificando violências, é fundamental para desconstruir narrativas excludentes. O estudo contribui para a reflexão sobre a urgência de superar a ideia de “democracia racial” no país, promovendo equidade racial e justiça social. Ao problematizar a branquitude, a pesquisa amplia o olhar crítico sobre silenciamentos, exclusões e privilégios que estruturam a sociedade, reforçando a necessidade de combater conscientemente o racismo (hooks, 2019).

Dada à persistência do racismo e sua representação midiática, o curta-metragem “Preto no Branco” é analisado como artefato discursivo que evidencia a criminalização de pessoas negras e os privilégios da branquitude. A pesquisa adota metodologicamente uma abordagem qualitativa de cunho interpretativista, com procedimento descritivo e bibliográfico, fundamentada na perspectiva interdisciplinar da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2008). Segundo Ribeiro et al. (2023), a abordagem interpretativista visa compreender os fenômenos sociais a partir dos significados construídos pelos sujeitos e dos contextos em que estão inseridos. Dessa forma, o estudo não busca quantificar dados, mas interpretar e descrever criticamente as representações do racismo policial no curta-metragem “Preto no Branco” (2017), articulando-as a reflexões teóricas sobre a branquitude e as desigualdades raciais no Brasil.

A pesquisa descritiva foi adotada por se adequar ao propósito deste estudo, que busca compreender as manifestações do racismo e da branquitude nas narrativas visuais e discursivas do curta-metragem e nas fontes secundárias utilizadas. Esse tipo de pesquisa tem como finalidade descrever as características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis, buscando compreender seus aspectos mais relevantes. Assim, a descrição das práticas e representações raciais foi conduzida a partir de uma leitura verbo-visual das cenas, considerando elementos linguísticos, imagéticos e simbólicos. (Ribeiro et al. 2023).

O procedimento bibliográfico, por sua vez, consistiu na análise de obras teóricas e documentais relacionadas ao tema, tais como Bento (2022), Schucman (2012), Conceição (2020), além de relatórios institucionais e reportagens que abordam o racismo policial e institucional entre eles, a notícia da Justiça Global (2018) e o boletim do Observatório da Branquitude (2024). Conforme Ribeiro et al. (2023), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador articular diferentes fontes de conhecimento, produzindo interpretações críticas a partir de materiais já existentes e validados academicamente.

O processo metodológico seguiu as etapas indicadas por Ribeiro et al. (2023): leitura e organização do corpus de análise, identificação de categorias temáticas e interpretação dos significados. A análise foi orientada pelos fundamentos da

Linguística Aplicada, priorizando a compreensão de como o racismo e a branquitude são discursivamente construídos no curta-metragem e reforçados por práticas institucionais e midiáticas.

Dessa forma, o método descritivo e bibliográfico adotado, em diálogo com a abordagem qualitativa com cunho interpretativista, possibilitou a construção de uma análise que evidencia as dimensões simbólicas e sociais do racismo policial, contribuindo para ampliar o debate sobre as relações raciais e o papel da branquitude na sociedade brasileira.

A escolha deste tema se fundamenta tanto na sua relevância social quanto no percurso formativo e no compromisso que a pesquisadora vem construindo com a luta antirracista. A pesquisa responde à necessidade de produções acadêmicas que problematizem a criminalização de corpos negros e desnaturalizem os privilégios da branquitude, oferecendo subsídios teóricos e críticos para a educação e para a sociedade. O interesse da pesquisadora pela temática intensificou-se ao longo da graduação, especialmente nas aulas que a motivaram a levar esse debate para as escolas por meio do PIBID, do estágio supervisionado e da produção de resumos e artigos sobre o tema. Nessas experiências, tornou-se evidente a urgência de tratar o racismo de forma consistente no ambiente escolar, que ainda carece desse enfrentamento.

Serão analisadas cenas que evidenciem a criminalização do personagem negro, estereótipos e manifestações da branquitude, considerando elementos verbais e não verbais da narrativa. A análise verbo-visual permite compreender a linguagem em sua dimensão discursiva e imagética, promovendo reflexão crítica sobre discursos racialmente excludentes.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se sustenta em Cida Bento (2022), Lia Vainer Schucman (2012), Thais Regina Borges (2021), bell hooks (2019) e Gabriel Nascimento (2023), além de Barreto (2022) e Anunciação, Trad e Ferreira (2020) para compreender a violência policial contra corpos negros. No campo discursivo, Moita Lopes (2008) orienta a análise crítica do discurso em interface com estudos culturais juntamente com Ferreira (2008) e Melo (2021). A metodologia busca não apenas interpretar a obra, mas contribuir para a desconstrução de discursos raciais, promovendo reflexão ética e política comprometida com justiça social e valorização de vozes historicamente silenciadas.

Este trabalho foi organizado de forma a conduzir o leitor pelo percurso teórico e analítico da pesquisa. Inicialmente, apresentou-se a contextualização do tema, os objetivos e a justificativa do estudo. Em seguida, desenvolveram-se os fundamentos teóricos que sustentam a discussão sobre racismo policial, branquitude e representações midiáticas. Por fim, a análise do curta-metragem Preto no Branco foi estruturada a partir das cenas selecionadas, articulando elementos verbais e não verbais às categorias teóricas.

2. CAMPO APLICADO AOS ESTUDOS DA LINGUAGEM E O RACISMO

A Linguística Aplicada (LA), sobretudo em sua concepção contemporânea, ultrapassa os limites de uma disciplina preocupada exclusivamente com metodologias de ensino. Conforme argumenta Moita Lopes (2008), trata-se de um campo indisciplinar, que rompe fronteiras disciplinares e se abre para a compreensão da linguagem em sua dimensão social, cultural, política e identitária. Essa perspectiva desloca a LA de um espaço neutro para um espaço crítico, em que a linguagem é entendida como prática social situada e como lugar de disputa de

sentidos. Nesse horizonte, torna-se possível analisar produções culturais, como o curta-metragem, não apenas como obras estéticas, mas como discursos que constroem, legitimam e também contestam hierarquias raciais e sociais.

Nascimento (2023), retomando a obra de Frantz Fanon, contribui para esse debate ao propor a noção de linguagem como zona do não-ser, categoria que evidencia como sujeitos negros são constantemente desumanizados e empurrados para espaços simbólicos de exclusão. A linguagem, nesse sentido, não atua apenas como meio de comunicação, mas como mecanismo de marginalização, associando a negritude à subalternidade e à culpabilidade. Essa noção é fundamental para compreender como discursos midiáticos produzem representações que naturalizam a criminalização de corpos negros, ao mesmo tempo em que possibilita reconhecer estratégias de resistência que emergem dessas narrativas.

Nessa mesma direção, Bonfim (2021) defende uma Linguística Aplicada antirracista, descolonial e militante, que enfrente diretamente os efeitos sociais do racismo e da branquitude. Para o autor, é necessário romper com os paradigmas eurocêntricos que naturalizam desigualdades, invisibilizam vozes negras e mantêm práticas discursivas excludentes. Ao enfatizar a dimensão militante e descolonial da LA, Bonfim (2021) propõe uma atuação crítica e engajada, na qual a análise da linguagem não se limita à descrição de fenômenos, mas se compromete com a transformação das estruturas que produzem desigualdades raciais.

Ao articular essas perspectivas, observa-se que a Linguística Aplicada, entendida como prática indisciplinar, antirracista e descolonial, oferece instrumentos para compreender o racismo como fenômeno discursivo e estrutural. A linguagem é, ao mesmo tempo, lugar de exclusão e possibilidade de resistência, e sua análise permite desvelar os modos pelos quais a branquitude se manifesta e se legitima em diferentes esferas sociais, incluindo o campo audiovisual. É nesse entrecruzamento que se torna possível olhar para o curta-metragem “Preto no Branco” como discurso social, capaz de expor e tensionar representações da negritude e da criminalização de corpos negros no Brasil contemporâneo.

Nessa perspectiva, Ferreira (2008) reforça a importância de compreender a linguagem como espaço de construção de identidades e de disputas raciais. A autora propõe que a Linguística Aplicada assuma uma postura comprometida com a educação das relações étnico-raciais, reconhecendo que os discursos são atravessados por marcas históricas de poder e exclusão. Assim, a reflexão sobre o racismo e a linguagem deve ultrapassar o âmbito escolar e alcançar os diferentes campos sociais, como os meios de comunicação, onde se produzem e se perpetuam estereótipos sobre a população negra.

Para Ferreira, a análise crítica da linguagem é também um ato político, capaz de desvelar os mecanismos discursivos que sustentam o racismo e de promover práticas que afirmem a diversidade e a valorização das identidades negras. Essa perspectiva dialoga com os princípios de uma Linguística Aplicada antirracista e decolonial, pois reconhece a linguagem como lugar de resistência e de reconstrução simbólica dos sujeitos historicamente marginalizados.

Nessa mesma linha de pensamento, Melo (2021) amplia o debate ao defender que a Linguística Aplicada precisa enfrentar de forma mais incisiva as heranças coloniais que moldaram o ensino de línguas e a produção de saberes no Brasil. A autora destaca que o campo da linguagem, historicamente pautado por epistemologias eurocêntricas, contribuiu para a manutenção de desigualdades raciais ao silenciar vozes negras e marginalizar suas práticas discursivas. Assim, repensar a Linguística Aplicada a partir de uma perspectiva racial e decolonial é

fundamental para construir caminhos que valorizem os saberes produzidos por sujeitos historicamente oprimidos.

De acordo com Melo (2021), é necessário compreender que toda prática de linguagem é também uma prática de poder, e que a transformação das relações raciais passa, inevitavelmente, pela transformação das formas de dizer, representar e significar o outro. A autora propõe uma Linguística Aplicada que atue de forma engajada na luta antirracista, comprometida com a visibilidade das experiências negras e com a desconstrução das ideologias linguísticas que sustentam hierarquias raciais.

Dessa forma, ao integrar as contribuições de Ferreira e Melo, o campo da Linguística Aplicada reafirma seu potencial crítico e político, consolidando-se como um espaço de resistência e (re)existência. A partir dessas perspectivas, a análise de discursos como o do curta-metragem “Preto no Branco” torna-se uma oportunidade para desvelar as estratégias de poder e exclusão que atravessam a linguagem, bem como para reconhecer os movimentos de enfrentamento e afirmação identitária que emergem das vozes negras no contexto social e midiático brasileiro.

2.2 Racismo institucional e policial

O racismo no Brasil se sustenta por mecanismos que, muitas vezes, atuam de forma velada e naturalizada, organizando o acesso desigual aos recursos, direitos e posições de destaque na sociedade. Como analisa Bento (2022), essa lógica está fundamentada na supremacia branca, isto é, em uma estrutura de dominação racial que atravessa campos como a política, a cultura e a economia, beneficiando sistematicamente os indivíduos brancos. Enquanto isso, a população negra é submetida a contextos marcados pela precariedade e exclusão, que comprometem profundamente suas condições de vida, trabalho e existência. Segundo a autora:

É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro [...] que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro (Bento, 2022, p. 10).

Essa estrutura não depende de conspirações explícitas ou articulações conscientes, mas funciona como um pacto implícito “narcísico de autopreservação”, como nomeia Bento (2022), que se manifesta por meio da negação da desigualdade racial e da normalização da branquitude como centro da experiência social:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios [...]. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão [...] são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas (Bento, 2022, p. 11).

Em consonância a isso, Schucman (2012) propõe uma reflexão crítica sobre a branquitude, compreendendo-a como uma posição social ocupada por sujeitos que, mesmo que não se reconheçam como racializados, operam a partir de um lugar de poder e de normatividade racial. Em sua análise, ser branco no Brasil está profundamente ligado a elementos como aparência, fenótipo e status, e é a partir disso que se constrói uma experiência branca marcada por estratégias de negação da própria racialização e da manutenção de privilégios. A branquitude, portanto, sustenta-se pela recusa em reconhecer seu lugar de vantagem e pelo controle simbólico e material dos espaços de poder.

Ao afirmar que "ser branco no Brasil é uma função social", Schucman (2012) mostra que a branquitude opera tanto como identidade quanto como estrutura, servindo para excluir e hierarquizar os demais grupos raciais. Assim, compreender o racismo no Brasil implica desmontar a falsa ideia de neutralidade racial dos brancos e analisar criticamente os dispositivos que asseguram sua centralidade e seus privilégios. Isso demanda o reconhecimento da branquitude como parte ativa da engrenagem que sustenta o racismo.

Os impactos do racismo institucional se expressam de maneira contundente nas dinâmicas políticas e de segurança pública. O estudo do Observatório da Branquitude (2024) evidencia que, nas eleições de 2022, mais de 70% dos recursos públicos de campanha foram destinados a candidatos brancos, enquanto candidaturas negras receberam proporcionalmente menos investimento. Essa disparidade de financiamento repercute diretamente nas chances de eleição, já que o poder econômico e o acesso a redes de apoio continuam concentrados nas mãos de um grupo racial específico. O relatório também indica que homens possuem 2,5 vezes mais chances de serem eleitos do que as mulheres, revelando como gênero e raça se entrecruzam na reprodução das desigualdades. Esses dados demonstram que o racismo institucional não se limita a ações individuais, mas está enraizado nas estruturas do Estado, que perpetuam a sub-representação negra nos espaços de decisão e poder político.

A desigualdade racial no acesso aos recursos públicos e às oportunidades políticas se articula com outro campo de expressão do racismo institucional: o racismo policial. De acordo com a Justiça Global (2018), o Rio de Janeiro registrou, em 2017, 1.124 mortes provocadas por policiais, classificadas como "autos de resistência", isto é, situações em que o agente alega ter agido em legítima defesa. A organização denuncia que esse tipo de registro tem sido usado de forma sistemática para encobrir execuções sumárias de pessoas negras e pobres, sobretudo nas favelas e periferias da capital e da Baixada Fluminense, como Acari, Costa Barros, Irajá, São Gonçalo e Duque de Caxias. Esses números evidenciam a seletividade racial da violência policial, que incide majoritariamente sobre corpos negros e empobrecidos. A Justiça Global também aponta que essa letalidade não decorre da falta de investimento em segurança pública cujo orçamento se aproxima do total destinado à saúde e à educação, mas de uma política de Estado baseada na militarização dos territórios negros sob o pretexto de combater o tráfico de drogas. Essa política, marcada pela lógica de guerra e pela criminalização da pobreza, transforma o cotidiano das periferias em cenário de extermínio, demonstrando como o racismo policial atua como um mecanismo de controle e eliminação da população negra.

Essas práticas, ao se perpetuarem, produzem uma percepção social que associa a branquitude à segurança e à competência, enquanto a negritude é marcada pela suspeição e pela periculosidade. Conforme analisa Conceição (2020), a branquitude brasileira atua como um espelho narcísico que reflete a si mesma como universal e civilizada, ao mesmo tempo em que nega humanidade aos sujeitos racializados. Essa lógica narcísica, descrita pelo autor, sustenta uma ideia de nação em que o branco ocupa o centro da narrativa e o negro é constantemente deslocado para as margens. Assim, a branquitude não apenas goza de privilégios materiais e simbólicos, mas também se beneficia da invisibilidade de seus próprios mecanismos de poder.

A análise de Conceição (2020) permite compreender que o racismo institucional é um projeto político que atravessa o Estado e suas instituições,

estruturando tanto as práticas de exclusão quanto os discursos de neutralidade racial. Nesse sentido, a violência policial e a desigualdade no financiamento de candidaturas não são fenômenos isolados, mas expressões de um mesmo sistema de dominação racial que preserva os privilégios da branquitude. A manutenção dessas hierarquias reforça o pacto tácito de autopreservação descrito por Bento (2022), no qual a sociedade branca, ainda que inconscientemente, atua para garantir a continuidade de seus benefícios históricos.

Portanto, o enfrentamento do racismo policial no Brasil exige mais do que a denúncia das desigualdades; requer o reconhecimento do papel ativo da branquitude na reprodução dessas práticas. Como propõem autores como Bento (2022), Schucman (2012) e Conceição (2020), é preciso deslocar o olhar do corpo negro historicamente criminalizado e estudado para o corpo branco e suas estratégias de manutenção do poder. Somente a partir desse deslocamento é possível desarticular os mecanismos que naturalizam a violência e consolidar políticas públicas verdadeiramente comprometidas com a justiça racial.

2.2.1 Racismo policial: A criminalização da população negra e a violência policial

O racismo policial constitui uma das expressões mais contundentes do racismo institucional no Brasil, manifestando-se na forma como o Estado, por meio de suas instituições de segurança, exerce controle sobre corpos negros. Longe de ser apenas resultado de ações individuais, ele se configura como prática institucionalizada que naturaliza a violência contra determinados grupos sociais, sobretudo a juventude negra das periferias urbanas. Estudos recentes apontam que a seletividade das abordagens policiais está diretamente vinculada à construção de um “perfil suspeito”, sustentado por marcadores como cor da pele, classe social, território e idade, que recaem de maneira desproporcional sobre homens negros jovens (Anunciação; Trad; Ferreira, 2020).

Essa lógica evidencia como a polícia atua não apenas na manutenção da ordem, mas também como aparelho reprodutor das desigualdades raciais. Ao identificar a negritude como sinal de perigo, a ação policial legítima abordagens violentas, revistas arbitrárias e encarceramento seletivo, reiterando estereótipos que associam a população negra à criminalidade. Novaes (2023) observa que essa prática se inscreve no funcionamento estrutural do Estado, que, historicamente, direciona suas políticas de segurança pública à contenção e criminalização da população negra, convertendo a violência policial em dispositivo de controle social.

Nessa mesma direção, Barreto (2022) chama atenção para o fato de que a atuação das forças de segurança pública no Brasil revela uma prática cotidiana de criminalização dos corpos negros e periféricos. Essa seletividade racial se expressa por meio de abordagens abusivas, revistas agressivas, agressões verbais e físicas, e até execuções sumárias. Nessas situações, o corpo negro é imediatamente associado à figura do suspeito ou do criminoso em potencial, sendo alvo de ações truculentas que não raramente culminam em mortes, especialmente dentro das comunidades marginalizadas.

A autora destaca que essa violência não é fruto de casos isolados, mas de uma lógica institucional que transforma populações negras em inimigas do Estado. O simples fato de morar em áreas vulnerabilizadas e possuir determinados marcadores raciais, sobretudo a pele escura, já basta para que o indivíduo seja enquadrado como ameaça. Dessa forma, a ação policial se mostra profundamente seletiva e discriminatória, revelando que parte da corporação não atua com base em princípios

de justiça, mas sob o peso de estigmas e preconceitos historicamente enraizados.

As consequências desse modelo de segurança pública se refletem na constante violação de direitos humanos da população negra, reforçando a ideia de que há vidas que importam menos. Essa realidade evidencia o funcionamento discriminatório das práticas de controle social no país, que contribuem para a manutenção das desigualdades raciais e da exclusão.

Com isso, torna-se evidente que o racismo policial opera em uma engrenagem que vai além da ação individual do agente, refletindo a forma como a branquitude estrutura e legitima privilégios, ao mesmo tempo em que naturaliza a exclusão de corpos negros. Esse processo se manifesta tanto em estatísticas de letalidade policial, que apresentam índices alarmantes entre jovens negros, quanto nas narrativas midiáticas que frequentemente reforçam a culpabilização da vítima.

Nesse sentido, pensar o racismo policial é também compreender como os discursos de segurança pública se articulam à manutenção de hierarquias raciais. Tal reflexão se mostra essencial para analisar o curta-metragem “Preto no Branco” (2017), de Valter Rege, cuja narrativa dramatiza de forma contundente os efeitos desse fenômeno, ao expor como a cor da pele do protagonista é suficiente para que ele seja acusado injustamente, alvo de suspeição e tratado como criminoso. O curta, portanto, revela o racismo policial como experiência cotidiana, evidenciando sua dimensão estrutural e simbólica.

3. CURTA-METRAGEM COMO DENÚNCIA SOCIAL

O curta-metragem, enquanto expressão artística e cultural, possui uma força particular no campo da denúncia social. Por seu formato mais breve e acessível, muitas vezes se constitui como espaço de experimentação estética e política, em que vozes marginalizadas encontram oportunidade de visibilidade.

De acordo com Martín-Barbero (1997), a mídia exerce papel estratégico na sociedade contemporânea ao moldar imaginários coletivos e produzir narrativas sobre quem pode ou não ocupar determinados lugares sociais. O cinema, inserido nesse contexto, pode tanto reforçar estereótipos quanto rompê-los, funcionando como campo de disputa simbólica. Assim, o curta-metragem, por sua agilidade e caráter independente, tem se consolidado como uma linguagem potente de contestação, sobretudo quando realizado por sujeitos historicamente silenciados, como mulheres, indígenas e a população negra.

No caso brasileiro, a produção de cineastas negros tem se configurado como um gesto político de enfrentamento ao racismo e à exclusão. Obras como “Preto no Branco” (2017), de Valter Rege, se inserem nesse movimento ao problematizar a criminalização dos corpos negros e denunciar a forma seletiva com que o sistema de justiça e as forças de segurança tratam a população negra. Ao representar o cotidiano de jovens negros sob suspeição constante, a obra rompe com a narrativa midiática dominante que naturaliza a violência policial, transformando o audiovisual em espaço de resistência.

3.1 O cinema negro e as estratégias de resistência discursiva

O cinema, enquanto linguagem verbo-visual, é um campo expressivo potente para a denúncia das desigualdades sociais e para a valorização de identidades historicamente marginalizadas. Na perspectiva de hooks (2019), essa linguagem pode atuar como uma ferramenta de resistência crítica, desafiando representações

hegemônicas e propondo outras formas de olhar, o que ela chama de "olhar de resistência".

A pesquisadora destaca que, ao assistir a filmes produzidos sob a lógica do capitalismo branco patriarcal, muitas vezes os espectadores negros se veem representados de forma estereotipada ou invisibilizados. A autora propõe, então, um deslocamento do olhar, no qual os sujeitos racializados passem a se posicionar criticamente diante das imagens, reivindicando seu direito de interpretar, questionar e contestar o modo como seus corpos e realidades são figurados nas produções culturais.

Esse entendimento é relevante para a análise do curta-metragem "Preto no Branco" (2017), uma produção que rompe com os padrões de representação hegemônicos, e foi dirigido e roteirizado por um homem negro, propõe uma narrativa visual insurgente, centrada na experiência negra. A narrativa fílmica revela, por meio da ficção, a criminalização dos corpos negros, questionando diretamente os estereótipos racialmente construídos que associam negritude à criminalidade e à periculosidade.

A obra mobiliza estratégias que vão ao encontro da noção de "olhar de resistência" de hooks: ao invés de reproduzir imagens que reafirmam o racismo enraizado na nossa sociedade, ela constrói um espaço para a enunciação de sujeitos negros conscientes de sua condição histórica e que, ao discursar, denunciam as violências simbólicas e físicas a que estão submetidos. Assim a produção cinematográfica se transforma em um dispositivo discursivo contra-hegemônico, que não apenas representa, mas interpela o espectador e o convoca à reflexão crítica.

Assim, Preto no Branco pode ser compreendido como uma expressão do cinema negro que hooks defende: um cinema que resiste, que revela e que reverte o jogo do olhar, rompendo com o regime de imagens coloniais e projetando novas possibilidades de existência. É um exemplo contemporâneo de como a linguagem cinematográfica pode ser mobilizada como ferramenta de denúncia, memória e transformação.

4. O RACISMO POLICIAL E A VIOLÊNCIA AOS CORPOS NEGROS

Figura 1 - Abordagem policial

	Policiais: No chão, no chão... Quietinho... Ajoelha, ajoelha
	Roberto: Eu não fiz nada porra
	Policiais: Cadê a bolsa?
	Roberto: Que bolsa?
	Policial negro: Cadê a bolsa mano? Levanta (gritando)

Fonte: <https://youtu.be/rW5DwuRQVuY?si=qyDZwvAwFyqrwADt>. Acesso em: 20 set. 2025.⁵

⁵ As transcrições das falas foram realizadas pela própria autora deste trabalho, a partir da audição do curta-metragem "Preto no Branco".

Para iniciar a análise do curta-metragem “Preto no Branco” (2017), foram selecionadas cenas em que a violência policial se manifesta de maneira explícita, direcionando-se aos corpos negros e evidenciando o modo como essa prática é naturalizada nas relações sociais. A primeira cena escolhida mostra Roberto Carlos, protagonista negro, sendo abordado por dois policiais, um branco e um negro, logo após esbarrar acidentalmente em uma mulher branca. A sequência é marcada pela tensão física e verbal que se instaura quando o jovem tenta se explicar, mas é imediatamente contido e colocado em posição de submissão.

Na transcrição da cena, os policiais gritam: “no chão, no chão... quietinho... ajoelha, ajoelha”, ao que Roberto responde: “eu não fiz nada, porra”. O tom imperativo e repetitivo das falas, especialmente o uso insistente dos comandos “no chão” e “ajoelha”, revela a intenção de silenciar o personagem e de exercer controle total sobre seu corpo. A linguagem empregada pelos policiais expressa uma prática discursiva que ultrapassa o simples ato de prender; trata-se de uma forma de violência simbólica e psicológica, que busca impor ao corpo negro um lugar de obediência e inferioridade.

Como observa Barreto (2022), a violência policial no Brasil não se restringe a atos isolados, mas é sustentada por uma lógica institucional que legitima a coerção e o controle sobre determinados grupos raciais. Essa seletividade se torna evidente na forma como o corpo negro de Roberto é imediatamente associado ao papel de suspeito, mesmo sem provas ou testemunhos. A cena demonstra, portanto, como a cor da pele e o contexto social funcionam como marcadores de perigo e justificativas para a repressão.

O modo como os policiais tratam o personagem reforça o que Anunciação, Trad e Ferreira (2020) identificam como filtro racial das práticas policiais brasileiras. Para os autores, esse filtro opera por meio da leitura do corpo negro como sinal de ameaça, fazendo com que características fenotípicas sejam tomadas como indícios de criminalidade. No diálogo do curta, a pergunta “cadê a bolsa?” não é uma busca de informação, mas uma acusação, uma forma de transformar o suspeito em culpado antes mesmo da investigação. Assim, o discurso policial se organiza como uma narrativa de dominação racial, sustentada pela linguagem e pelo gesto.

A presença de um policial negro na cena acrescenta outra camada de complexidade à análise. Ao repetir as ordens e participar ativamente da contenção de Roberto, gritando “cadê a bolsa, mano? levanta!”, mostra que o policial apesar de não cometer o racismo, pois, sendo negro, não participa da lógica racial que define quem pode ou não praticá-lo, reproduz práticas institucionais racistas naturalizadas no cotidiano policial. Sua atuação mostra como essas práticas podem ser executadas por qualquer agente dentro da instituição, independentemente de sua cor, justamente porque fazem parte de um padrão institucional já consolidado. Assim, sua participação revela como o racismo se mantém dentro das instituições que deveriam garantir justiça e segurança, atravessando procedimentos, comportamentos e rotinas.

A imagem de Roberto sendo forçado a se ajoelhar, cercado por agentes de autoridade, reforça a dimensão simbólica do racismo policial. O enquadramento da câmera, em plano fechado e de cima para baixo, evidencia o desequilíbrio de poder entre os personagens, transformando o corpo negro em objeto de dominação visual e física. Essa composição imagética, somada a tentativa de silenciamento que se segue à ordem dos policiais, produz um impacto emocional no espectador, convidando-o a refletir sobre o modo como a violência é normalizada no cotidiano das populações negras.

Em consonância com Barreto (2022), a cena denuncia a naturalização da brutalidade policial e a desumanização dos corpos negros, que continuam sendo tratados como inimigos do Estado. O curta-metragem, ao expor essa realidade de forma crua e direta, não apenas retrata a violência, mas também a questiona, revelando a dimensão discursiva do racismo. A fala, o gesto e o olhar dos policiais convergem para a construção de uma narrativa que transforma o sujeito negro em alvo legítimo de repressão, e é justamente essa lógica que o cinema de Valter Rege busca desconstruir.

Assim, a análise dessa primeira cena permite compreender como “Preto no Branco” articula som, imagem e discurso para revelar o funcionamento do racismo policial. A interação entre a linguagem verbal expressa nas ordens e ofensas e a linguagem visual evidenciada na composição e nos gestos denuncia a persistência de práticas que criminalizam e silenciam corpos negros, transformando o cotidiano em um espaço de constante suspeita e violência.

4.1 A branquitude e os estereótipos raciais na representação da mulher branca

Figura 2 - Representação da branquitude

	Isabella: Delegada eu preciso ir embora está tarde, eu tenho uma filha bebê em casa.
	Delegada: Sinto muito, mas você vai ter que aguardar os procedimentos.
	Isabella: Mas você tem alguma previsão? Por que eu já fiz a minha parte já identifiquei o moço. Vocês não acharam minha bolsa ainda né?
	Delegada: Mas é exatamente por isso que você vai ter que esperar só mais um pouquinho.
	Isabella: Oh doutora, isso não é uma novidade para mim eu sou gerente de um restaurante e a casa foi assaltada recentemente duas vezes, então eu não sei, estou aqui pensando comigo mesmo não é possível que esse marginal de repente seja parte de uma gangue, ai eles estão atrás de mim, não sei, então eu acho que eu posso te ajudar com algumas informações, não sei, de algum jeito a gente pode facilitar seu trabalho e eu posso ir embora mais rápido. O que você acha?
	Delegada: Destor, você pode por favor, levar a dona Isabella para sala aqui do lado, ela precisa se acalmar.

Fonte: <https://youtu.be/rW5DwuRQVuY?si=qyDZwvAwFyqrwADt>. Acesso em: 20 set. 2025.

A segunda cena relacionada do curta-metragem “Preto no Branco” (2017) apresenta o diálogo entre a mulher branca, que foi assaltada, e a delegada que conduz o caso. O enquadramento da cena evidencia um contraste simbólico entre as duas personagens: a mulher branca está de pé, em postura ativa e gestual expansivo; a delegada, sentada atrás da mesa, mantém uma expressão rígida e fala de modo breve, direto e controlado. O ambiente é claro e organizado, sugerindo um espaço institucional de autoridade e ordem. A tensão entre as duas não é física, mas discursiva, e revela sutilezas das relações raciais e de poder na sociedade brasileira.

Na transcrição, a mulher branca inicia: “Delegada, eu preciso ir embora, está tarde, eu tenho uma filha bebê em casa.” O pedido, aparentemente banal, está impregnado de pressupostos sociais: ela parte do princípio de que seu tempo e suas responsabilidades pessoais devem ter prioridade sobre os protocolos legais. A fala é polida, mas carrega a expectativa de que sua condição mulher branca, mãe, gerente de um restaurante seja suficiente para flexibilizar as normas. Ao longo da conversa, o tom de voz se eleva e as justificativas se multiplicam, como quando afirma: “Oh doutora, isso não é uma novidade para mim, eu sou gerente de um restaurante [...] acho que eu posso te ajudar com algumas informações [...] posso ir embora mais rápido.” Essa sequência de frases mostra uma mulher acostumada a ser ouvida, que tenta negociar com a autoridade, como se a lei devesse se adaptar à sua conveniência.

Esse comportamento expressa, de forma sutil, o funcionamento da branquitude como centralidade social e discursiva. Segundo Schucman (2023, p. 13), “os brancos no Brasil e nos Estados Unidos vivem em sociedades que os protegem e os desresponsabilizam das tensões e hierarquias raciais [...]”. A mulher branca fala com segurança e convicção porque habita esse espaço simbólico de proteção. Ela não teme ser desacreditada ou punida, sua voz é legitimada pela cor da pele e pela posição social que ocupa. O discurso é carregado de autorreferência, em que o “eu” se sobrepõe ao contexto: “eu sou gerente”, “eu posso te ajudar”, “eu posso ir embora mais rápido”. É o modo como a branquitude se coloca como eixo das relações raciais, assumindo que o mundo deve girar em torno de suas necessidades e percepções.

A postura da delegada também branca, por outro lado, traduz um tipo diferente de expressão da branquitude: o poder institucional. Sua fala é seca e impessoal “sinto muito, mas você vai ter que aguardar os procedimentos” e se mantém inabalável diante da insistência da mulher. Essa rigidez, somada à decisão de afastar a “vítima” (“Destor, você pode, por favor, levar a dona Isabella para a sala ao lado, ela precisa se acalmar”), revela o papel da instituição como mediadora e mantenedora da hierarquia racial. Ainda que não haja hostilidade explícita, a cena reforça o controle simbólico do Estado representado por uma autoridade branca sobre as emoções e a narrativa da mulher branca. A delegada fala com frieza e neutralidade, mas sua conduta confirma o monopólio branco do poder e da racionalidade, mantendo a figura da mulher branca sob disciplina, sem nunca colocar em questão sua credibilidade.

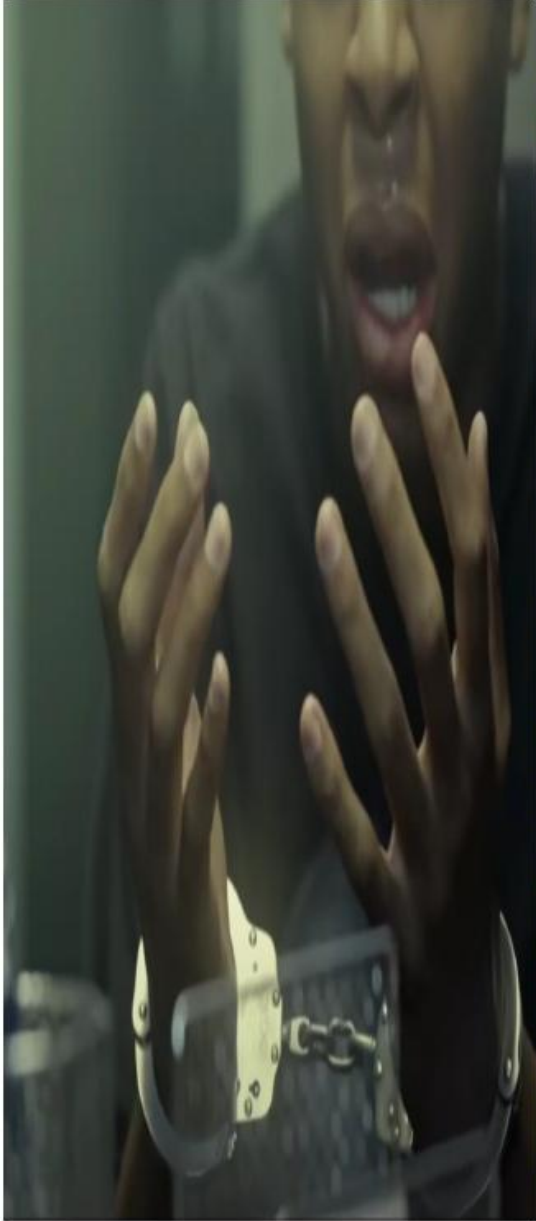
A cena, portanto, articula dois aspectos da branquitude: o privilégio simbólico e o poder institucional. A mulher branca encarna o sujeito social que, mesmo em situação de desconforto, continua se sentindo no direito de exigir prioridade e compreensão; já a delegada representa o Estado, que impõe a norma e administra o privilégio, assegurando que a estrutura racial permaneça intacta. Visualmente, a cena reforça esse equilíbrio entre autoridade e privilégio: a mulher branca ocupa o centro do quadro, gesticulando, enquanto a delegada permanece imóvel, firme atrás

da mesa, barreira física e simbólica que representa o poder do Estado. A escolha do diretor por planos estáticos e iluminação fria intensifica a formalidade e o distanciamento entre as personagens, sugerindo que, mesmo entre brancos, o privilégio é administrado hierarquicamente.

“Preto no Branco” revela, nessa sequência, que o racismo não se manifesta apenas na violência direta contra o corpo negro, mas também na reprodução cotidiana dos privilégios da branquitude. Enquanto Roberto, o jovem negro, é silenciado, imobilizado e acusado, a mulher branca fala livremente, expressa opiniões, propõe soluções e ainda é tratada com respeito e cuidado. O curta, ao contrapor essas duas experiências, denuncia a assimetria racial que estrutura o olhar institucional e social no Brasil.

4.2 Movimentos de manutenção e resistência ao racismo policial no curta Preto no Branco

Figura 3 - Interrogatório

	Delegada: Você foi reconhecido Roberto e a bolsa da vítima não apareceu ainda. Cadê a bolsa?
	Roberto: Bolsa? Que bolsa? Eu não sei de bolsa nenhuma não, se essa bolsa não apareceu ela não vai aparecer, que o cara que roubou já deve tá bem longe daqui, eu não roubei nada! Não fui eu (imitado), essa patricinha loira, louca aí tá toda errada.
	Delegada: Patricinha, loira... Como é que você sabe já que não foi você que roubou?
	Roberto: eu sei quem é ela por que eu vi, eu vi ela conversando com os polícia, a mesma polícia que chegou me batendo.
	Delegada: A abordagem foi truculenta, por que você não obedeceu a ordem de parar pelo policial.
	Roberto: Doutora se eu tivesse roubado a bolsa dava tempo de ter sumido com ela? Dava? não dava, não dava. Não fui eu, não fui eu que peguei, eu não peguei bolsa nenhuma (aumentando o tom de voz, agitado, chorando)... E eles sabem que não fui eu
	Policial branco: Tava cheio de gente lá mulek safado, tá na cara que você desovou a porra da bolsa com seus comparsas cês nunca tá sozinhos.
	Delegada: Foi promovido investigador?. Eu toco o interrogatório.
	Delegada: Roberto a sua ficha não tá legal, assalto a mão arramada aos 17 anos e tá com 19 né?, perturbação pública por rolezinhos estimulados em uma página na internet, um irmão presidiário morto em confronto com a polícia, é esse o seu irmão: (mostra a imagem do irmão)
	Roberto: Ele era traficante sim, mas não precisava morrer do jeito que morreu, preto pobre correu é ladrão não é isso?..
	Delegada: O que você faz no shopping?
	Roberto: Sou manobrista.
	Delegada: e essas coisas bacanas aí que você usa?, relógio, pulseira...
	Roberto: Parcelei em 20x, sociedade do consumo né doutora e pobre também tem desejo de ter coisa bacana sabia? Eu tô vindo do meu trampo, ouvindo meu som suave, cansado com fome e de repente esses cara chega me agredindo, o que você quer que eu faça? Que eu fale obrigado senhor? O que você quer que eu faça? Vocês estão dizendo que eu sou suspeito por que essa patricinha me viu correndo, eu tava correndo, eu tava correndo atrás da porra do busão e eu perdi a porra do busão (grito). Eu trabalho porra, eu trabalho porra... Eu trabalho (chorando) eu não fiz nada... Doutora fala com o Toninho, o Toninho ele trampa lá no shopping, [...] e ele viu, ele deve ter visto alguma coisa nas câmaras, fala com ele doutora, conversa com ele doutora pelo o amor de Deus [...] eu preciso ir para casa a minha mãe deve estar preocupada comigo (choro).

Fonte: <https://youtu.be/rW5DwuRQVuY?si=qyDZwvAwFyqrwADt>. Acesso em: 20 set. 2025.

Selecionamos, para esta etapa da análise, a cena do interrogatório entre Roberto e a delegada, momento crucial da narrativa. Nela, o jovem negro aparece algemado, com expressão de desespero, enquanto tenta provar sua inocência diante da autoridade branca que o acusa de roubo. A delegada, sentada à sua frente, mantém um tom de voz firme e um olhar que mescla impaciência e desconfiança. A mesa que os separa simboliza o abismo racial e institucional existente entre o poder e a vulnerabilidade. Mesmo em posição semelhante, a hierarquia social é evidente de um lado, o Estado que acusa; do outro, o corpo negro que se defende.

A fala da delegada “Você foi reconhecido, Roberto, e a bolsa da vítima não apareceu ainda. Cadê a bolsa?” revela uma presunção de culpa, típica das práticas de racismo institucional. O diálogo é construído para negar a possibilidade de escuta e, desde o início, naturaliza a criminalização do personagem. Roberto, em contrapartida, tenta resistir discursivamente: “Doutora, se eu tivesse roubado a bolsa dava tempo de ter sumido com ela? Eu não roubei nada! Eu estava correndo atrás do ônibus!”. O tom exaltado, o choro e o apelo à razão revelam o desespero de quem tenta reafirmar sua humanidade diante de uma instituição que o enxerga apenas como suspeito.

A cena também retoma o tema da agressão policial, quando Roberto relata: “Eu vi ela conversando com os polícia, a mesma polícia que chegou me batendo”. Esse trecho expõe a seletividade racial das abordagens policiais, nas quais o corpo negro é automaticamente associado ao perigo. De acordo com Novaes (2023), o racismo institucional se manifesta justamente na naturalização dessas práticas violentas e seletivas, que colocam a população negra sob vigilância constante, negando-lhes o direito básico à segurança. Assim, a violência física mencionada por Roberto é reflexo de uma estrutura que legitima o abuso como prática de controle social.

No desenvolvimento da cena, Roberto também denuncia o preconceito de classe que se entrelaça ao racismo, quando afirma: “Parcelei em 20x, sociedade do consumo né doutora? E pobre também tem desejo de ter coisa bacana, sabia? Eu estou vindo do meu trampo, ouvindo meu som suave, cansado, com fome, e de repente esses cara chega me agredindo. O que você quer que eu faça? Que eu fale obrigado, senhor?”. Essa fala explicita uma crítica direta à lógica de criminalização do consumo por parte da população negra. O personagem expressa revolta e ironia ao evidenciar que o simples fato de portar bens de consumo é motivo para suspeita e violência. Como explica Barreto (2022), a cultura policial e o olhar social sobre o corpo negro são atravessados por estereótipos que relacionam pobreza, criminalidade e raça, resultando em ações desproporcionais e desumanizantes.

Além disso ao mencionar a preocupação da sua mãe na sua fala, “[...] eu preciso ir para casa a minha mãe deve estar preocupada comigo (choro)”, evidencia o vínculo afetivo entre mãe e filho, mas também revela a realidade das mães de filhos negros, a mãe de Roberto teme por sua segurança, uma vez que, enquanto jovem negro, ele está inserido em um contexto social em que a criminalização e a exposição a riscos nas ruas são realidade constante. Dessa forma, a fala do personagem articula afetividade e crítica social, evidenciando tanto a vulnerabilidade imposta pela condição racial quanto a preocupação legítima da família diante de tais riscos.

Visualmente, a obra reforça uma tensão com o enquadramento frontal, com planos fechados nos rostos de Roberto e da delegada, evidencia o confronto entre poder e subalternidade. As lágrimas e o tom de voz elevado de Roberto contrastam

com a postura impassível da delegada, cuja frieza simboliza a indiferença institucional diante da dor negra. Essa oposição estética e discursiva traduz o que Anunciação, Trad e Ferreira (2020) definem como o funcionamento cotidiano do racismo institucional, práticas discriminatórias normalizadas, sustentadas por discursos burocráticos e aparentemente neutros.

Roberto, ao afirmar repetidamente “Eu trabalho!”, rompe simbolicamente com a narrativa que o reduz ao papel de criminoso. Seu grito é também um ato político de resistência, pois reivindica o direito de ser reconhecido como sujeito de valor e esforço. Segundo Novaes (2023), a resistência à violência institucional emerge quando indivíduos racializados se recusam a ocupar os lugares de inferioridade que lhes são impostos. O curta-metragem transforma essa resistência em imagem: o corpo algemado, o olhar desesperado e a voz trêmula de Roberto produzem uma denúncia que vai além do personagem e alcança a coletividade negra constantemente silenciada.

No encerramento da cena, o silêncio da delegada após a explosão emocional de Roberto, funciona como um espelho do silêncio social diante da violência racial. Não há resposta, consolo ou empatia, há apenas o peso da autoridade e da indiferença. Essa ausência de reação representa o racismo institucional como um mecanismo de negação e omissão, em que o Estado, simbolizado pela figura da delegada, se recusa a reconhecer a injustiça que perpetua (NOVAES, 2023).

Desse modo, a sequência evidencia os dois polos em tensão, o da manutenção do racismo policial, materializado pela postura da delegada e pela violência simbólica das instituições, e o da resistência negra, encarnada na voz e na dor de Roberto. Sua fala e seu sofrimento desestabilizam a lógica racista e revelam a potência da arte como meio de denúncia e conscientização social. O curta-metragem de Valter Rege, ao dar rosto, voz e emoção à vítima, transforma o espaço da delegacia símbolo do controle estatal em palco de resistência, onde a humanidade negra reivindica visibilidade e justiça.

4.3 A libertação como gesto de resistência: a denúncia do abuso de poder e a reconfiguração da identidade negra

Figura 4 - Comprovação da inocência do personagem Roberto



Fonte: <https://youtu.be/rW5DwuRQVuY?si=qyDZwvAwFyqrwADt>. Acesso em: 20 set. 2025.

Nos minutos finais do curta-metragem “Preto no Branco”, ocorre a reviravolta que desmascara a injustiça e explicita a seletividade racial das ações policiais. As filmagens de segurança comprovam a inocência de Roberto, o verdadeiro autor do roubo é um homem branco. Essa revelação inverte a lógica racista sustentada ao longo de toda a narrativa, revelando como a cor da pele, e não as evidências, define quem é considerado culpado.

A cena se passa dentro da delegacia. A delegada, agora em tom mais brando, devolve a Roberto seus pertences e informa que ele está livre para ir. O enquadramento mostra o personagem em pé, diante da autoridade branca, com o corpo ainda marcado pela experiência da humilhação, mas o olhar firme e a voz segura. Ele rompe o silêncio e reivindica seu direito à reparação: “Doutora, antes eu queria fazer um B.O. contra aquela moça e esses dois aí” (os dois policiais que o abordou). Essa fala, além de inverter o papel da vítima e do agressor, constitui um ato discursivo de resistência, no qual o personagem exige o reconhecimento institucional da violência sofrida.

O trecho seguinte intensifica essa virada simbólica: ao dirigir-se ao policial negro e dizer, com tom altivo: “Conheço gente desse tipo, “neguinho”! Não foi assim que você me chamou? “Neguinho”!” (em tom firme), Roberto ressignifica o insulto, transformando-o em afirmação de identidade e orgulho racial. Essa fala marca a recuperação da dignidade de quem, até então, fora reduzido a estereótipos e suspeitas. O uso do termo antes pejorativo ganha potência política e identitária, revelando a consciência racial que emerge como forma de libertação.

Visualmente, a obra cinematográfica reforça esse movimento: a câmera acompanha Roberto caminhando em direção à porta de saída, com o rosto expressando satisfação e o corpo relaxado após a tensão. A luz que incide sobre ele ao atravessar a porta da delegacia simboliza o ato de sair das sombras da opressão institucional para a luz da visibilidade e da justiça. O plano final, em silêncio, permite que o espectador perceba a vitória simbólica sobre o sistema que o violentou uma vitória que não apaga as feridas, mas reafirma a resistência.

Sob a ótica teórica, essa sequência ilustra o que Novaes (2023) define como o resultado da violência institucional, o abuso de poder se manifesta quando a autoridade policial extrapola os limites de sua função e transforma a força pública em instrumento de dominação racial. De acordo com Hirota (2025), o abuso de autoridade se dá quando o agente usa o cargo para impor vontades pessoais ou exercer poder de modo injusto e desproporcional, violando os direitos e a integridade do indivíduo. No caso de Roberto, a agressão policial e a prisão injusta são exemplos concretos desse desvio institucional que, segundo Oliveira (2019), atinge sobretudo pessoas negras e pobres, que continuam sendo tratadas como suspeitas naturais.

Além disso, Jaime (2014) enfatiza que o desrespeito e a violência direcionados às populações periféricas negras são marcas estruturais da atuação policial no Brasil, em flagrante contradição com o dever constitucional de proteger os cidadãos. O curta-metragem traduz essa contradição de forma estética e simbólica, o mesmo espaço que o oprimiu torna-se palco da sua libertação. A imagem de Roberto saindo pela porta da delegacia representa, portanto, uma resposta estética à injustiça sistêmica, convertendo a dor em gesto político. Roberto ao reivindicar o direito de denunciar seus agressores, ele rompe com o ciclo do silenciamento e transforma sua experiência em ato de denúncia.

O curta-metragem encerra-se, assim, com uma imagem de afirmação e

resistência. O olhar altivo e o semblante sereno e firme de Roberto, agora em liberdade, simbolizam não apenas a superação individual, mas a denúncia coletiva de um sistema que continua a violar os corpos negros sob o disfarce da legalidade. O gesto final de sair pela porta da frente é uma metáfora da retomada da dignidade, um contraponto à estrutura de exclusão denunciada ao longo da obra. Em consonância com Novaes (2023), o curta-metragem evidencia que, mesmo diante da violência institucional, a resistência negra persiste, afirma-se e exige ser ouvida.

5. CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que o curta-metragem “Preto no Branco” permite compreender de forma contundente como o racismo policial se manifesta na criminalização dos corpos negros no Brasil, revelando que a cor da pele ainda define quem é considerado suspeito e quem é legitimado pelas instituições de poder. As análises das falas e imagens mostraram que a violência policial e o olhar discriminatório presentes na narrativa expressam a lógica de um sistema que associa a negritude à criminalidade e a branquitude à inocência e à autoridade.

O estudo identificou que o personagem negro é submetido a sucessivas situações de humilhação e agressão física e simbólica, refletindo o cotidiano de inúmeros jovens negros brasileiros, vítimas de abordagens seletivas e desumanizadoras. Essa representação evidencia a seletividade das ações policiais, que, ao mirar prioritariamente corpos negros e periféricos, negam-lhes o direito à dignidade e à presunção de inocência. Em contraste, o tratamento concedido à personagem branca explicita a naturalização do privilégio racial e o modo como a branquitude se mantém como referência de poder, credibilidade e neutralidade social.

Ao mesmo tempo, o curta-metragem apresenta um movimento de resistência marcado pela força discursiva do protagonista, que, ao reivindicar sua voz e afirmar sua humanidade, rompe com o silenciamento histórico imposto à população negra. A cena final, em que Roberto é inocentado e reafirma com orgulho sua identidade, simboliza a luta por reconhecimento e denuncia a estrutura de um sistema que insiste em criminalizar corpos negros.

Desse modo, os objetivos do estudo foram alcançados, uma vez que foi possível compreender como “Preto no Branco” constrói discursos de denúncia e resistência frente ao racismo policial e à branquitude, questionando a naturalização da violência e dos privilégios raciais nas instituições. A análise verbo-visual confirmou que a linguagem cinematográfica pode atuar como um instrumento político e pedagógico, promovendo reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e valorizando as vozes historicamente silenciadas.

Conclui-se, portanto, que “Preto no Branco” é uma obra fundamental para pensar a urgência do enfrentamento ao racismo policial e da construção de uma sociedade que assegure justiça e igualdade racial. Ao articular arte e crítica social, o curta reafirma o poder do cinema negro como meio de resistência, denúncia e transformação, contribuindo de forma significativa para a luta antirracista no Brasil contemporâneo.

Encerrando esta pesquisa, reafirmo o compromisso ético que me acompanha ao longo da formação. Do meu lugar de mulher branca assumo o compromisso de não me esconder no conforto. Escolho não ao silêncio, e sim a escuta e que dessa escuta nasça um compromisso: mover o que me cabe, abrir espaço onde faltou, e

somar força para que a igualdade não seja promessa, mas realidade, que minha voz jamais se sobreponha à luta, mas caminhe ao lado dela.

REFERÊNCIAS

ANUNCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. **“Mão na cabeça!”**: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde e Sociedade*, v. 29, 2020.

BARRETO, Carla Carolina Moura. **Racismo e violência policial em “o avesso da pele” de Jeferson Tenório**. Volume 14- nº22, p. 1-18, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONFIM, Marco Antonio Lima do. **Por uma linguística aplicada antirracista, descolonial e militante**: Racismo e branquitude e seus efeitos sociais *Revista virtual de estudos de gramática e linguística*. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 157-178, jan/jul. 2021.

BORGES, Thais Regina Santos. **Branquitude e Epistemologia Antirracista**: Por Uma Linguística Aplicada Efetivamente Crítica. p. 1-15, 2021.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro. DUARTE, Francisco Ricardo. MENEZES, Afonso Henrique Novaes. SOUZA Tito Eugênio Santos [et al.]. **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE, 2019.

CINEMA Negro. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termos/80279-cinema-negro>. Acesso em: 10 de agosto de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude**: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Projeto Estudos Afro-Brasileiros**: construindo práticas pedagógicas para a diversidade étnico-racial. Londrina: EDUEL, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Racismo Estrutural e Segurança Pública**: caminhos para a garantia do direito às vidas negras. 20 nov. 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/391c914e-08ac-42f5-8c1d-b6fbbbbb2b14b/content>. Acesso em: 03 abril 2025.

HIROTA, Edmar Kiochi. **O abuso de autoridade**: análise histórica, jurídica e aplicabilidade da lei. *Ciências Sociais Aplicadas*, v. 29, ed. 150, set. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/pa10202509141918.

HOOKS, bell. **Cinema vivido**: raça, classe e sexo nas telas. Tradução de Natalia Engler. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação** / bell hooks; tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBIRAPITANGA; SCHUCMAN, Lia Vainer (orgs.). **Branquitude: Diálogos sobre racismo e antirracismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

JAIME, Pedro. **Ação policial e racismo institucional no Brasil**. Observatório da Imprensa, São Paulo, edição 788, 4 mar. 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed788_acao_policial_e_racismo_institucional_no_brasil/. Acesso em: 18 out. 2025.

JUSTIÇA GLOBAL. 2017: **Rio de Janeiro registra a maior letalidade policial da década**. Rio de Janeiro, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/2017-rio-de-janeiro-registra-maior-letalidade-policial-da-decada/>. Acesso em: 22 out. 2025.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MELO, Glenda Cristina Valim de. **Linguística Aplicada e raça: a colonialidade no ensino e na pesquisa em linguagem**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

MOTA, Pedro Antonio Santos; SANTOS, Gessica Cerqueira da Silva; FRANÇA, Thayynná Cadiz Santos; ANJOS, Yasmim de Santana Ferreira dos. **A letalidade policial e o papel c(omissivo) do direito: uma abordagem do racismo institucional**. Revista Jurídica da UEFS, v. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.13102/rjuefs.v3.5662>. Publicado em: 25 jul. 2022.

NOVAES, Geane Patrícia. **RACISMO INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DESTE PROBLEMA**. Humanidades & Inovação, v. 10, n. 24, p. 67-79, 2023.

OLIVEIRA, Bruna Lane Carneiro de. **Punitivismo estatal, criminalização da pobreza e racismo institucional: os desdobramentos da seletividade penal no Rio de Janeiro**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Dulcimary de Freitas Alves; BORGES, Fabrícia Teixeira. **O discurso midiático e a (des) construção da ideologia do racismo e de identidades sociais**. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 5, 2025.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

REVISTA MARIE CLAIRE. **Deputados federais brancos receberam mais de 70% das verbas públicas em 2022, diz estudo do Observatório da Branquitude.** São Paulo, 11 set. 2024. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/politica/noticia/2024/09/deputados-federais-brancos-receberam-mais-de-70percent-das-verbas-publicas-em-2022-diz-estudo-do-observatorio-da-branquitude.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2025.

RIBEIRO, Fernanda Borges Vaz. PICALHO, Antonio Carlos. CUNICO, Leticia. FADEL, Luciane Maria. **Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental:** descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, V.17, nº 1, p.100-113. TRI I 2023. ISSN 1980-7031.

SANTOS, Gabriel Nascimento dos. **A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global.** Gragoatá, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53299.pt>

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 1-122, São Paulo, 2012.

SILVA, Sandra. **bell hooks Cultura fora da lei:** representações de resistência; Tradução de Sandra Silva. São Paulo: Elefante, 2023.

SOUZA, Amália Coelho de. **Com Alma nos Olhos:** cinema negro a partir de alma no olho de zózimo bubul. Cachoeira, BA, 2020.

VALTER REGER. **PRETO NO BRANCO / CURTA - METRAGEM.** YouTube, 18 de jul de 2018, 15:13s. Disponível em: <https://youtu.be/rW5DwuRQVuY?si=qyDZwvAwFyqrwADt>. Acesso em: 17 jan. 2025.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui me enche de emoção. Desde que entrei no curso de Letras, sinto que me tornei uma nova pessoa alguém que aprendeu a olhar o mundo com mais sensibilidade, consciência e empatia. Cada leitura, cada aula e cada vivência me transformaram, e todo esse processo se reflete nas páginas deste trabalho. Hoje, ao escrever estas palavras, sinto o coração pulsar de orgulho e gratidão por uma trajetória construída com coragem, amor e fé.

Agradeço primeiramente a Deus, o autor da minha história, o meu refúgio constante. Foi ele quem me sustentou nos dias difíceis e iluminou meu caminho para que este momento fosse possível. A ele, entrego toda a minha fé, meu coração e a minha eterna gratidão.

À minha mãe, meu alicerce e maior exemplo de amor. Obrigada por sonhar junto comigo, por ser o meu porto seguro durante esses quatro anos de jornada, por cuidar de mim com tanto carinho e por acreditar nos meus sonhos e por sonhar junto comigo. Tudo que conquisto tem um pouco de você. Esta formatura não é só minha é nossa. Te amo imensamente.

À minha família, que sempre torceu por mim, vibrou com cada conquista e me

apoiou em todos os momentos. Cada palavra de incentivo e cada gesto de amor foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço aos velhos amigos que sempre me incentivaram a crescer, evoluir e me acompanharam nessa caminhada, e aos amigos que a universidade me deu, que se tornaram irmãos Matheus, Isa e Alannya.

Agradeço a Matheus, por estar comigo desde o caos do início. Vivemos tantos estresses e alegrias que seria impossível não criar esse laço que nos acompanha até hoje. Dentro e fora da universidade, construímos uma amizade verdadeira. Obrigada por compartilhar comigo risadas, cansaços, desabafos e sonhos e pode ter certeza que eu vou continuar te irritando mesmo sem aula.

Agradeço à Isa, que tornou a rotina mais doce. Nosso reencontro foi um presente inesperado: conhecemo-nos na infância e, anos depois, a universidade nos devolveu essa amizade que o tempo nunca apagou. Sou feliz por dividir contigo não só estudos, mas também a vida pessoal, afeto e cumplicidade.

Agradeço à Alannya, pela parceria constante ao longo do curso. Você esteve comigo em momentos importantes e se tornou alguém muito especial. Que esse carinho siga vivo e que nossa amizade continue mesmo depois que cada uma siga seu caminho.

Aos professores que tive durante o curso, deixo minha profunda gratidão por cada ensinamento, conselho e inspiração. Levo comigo as sementes de conhecimento e humanidade que vocês plantaram em mim.

À minha orientadora, Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti deixo um agradecimento repleto de carinho e admiração. Foi nas suas aulas que nasceu o desejo de realizar esta pesquisa e, desde então, cada encontro foi uma oportunidade de aprender, refletir e crescer não só como discente, mas como ser humano. Aline, você é um exemplo de sensibilidade, empatia e compromisso com uma educação antirracista. Sua maneira de ensinar vai muito além das palavras: ela inspira, acolhe e transforma. Que sorte a minha ter sido sua aluna e orientanda.

À professora Profa. Dra. Antônio Sueli da Silva Gomes obrigada pelo aceite em participar da banca e por ter sido uma presença tão marcante na minha formação. Os momentos vividos durante os estágios foram de grande aprendizado, e levo comigo cada palavra e gesto de incentivo.

Agradeço também ao Prof. Dr. Tobias Arruda Queiroz, pelo aceite em compor a banca avaliadora. Será uma honra poder compartilhar este momento e aprender com suas contribuições.

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), minha segunda casa, deixo um agradecimento especial. Foi nesse espaço que encontrei conhecimento, desafios, afetos e descobertas que moldaram a pessoa e a profissional que me tornei.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada com palavras, gestos, abraços, sorrisos ou orações. Cada um de vocês contribuiu para que eu chegasse até aqui. Este trabalho é o reflexo de muitos corações e de uma fé inabalável. Com o coração cheio de gratidão, encerro esta etapa com a certeza de que todo o esforço valeu a pena.